

Policial militar comandará derrubada em Vicente Pires

Rafanla Almelda

A retomada das derrubadas em Vicente Pires, terça-feira, será comandada por um policial militar. A decisão foi tomada pela direção do Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-água), que retirou o gerente de Operações, Rafael Moraes, da coordenação das demolições. Segundo o diretor do Siv-água, Manoel Passos, um homem fardado vai impor mais respeito e impedir reações violentas dos moradores de Vicente Pires.

— Chegamos a conclusão de que é melhor que as operações sejam comandadas por um policial militar porque ele impõe outro tipo de autoridade — explicou Passos. — Tem morador que agride, investe contra o um funcionário do Siv-água acreditando que ele não tenha poder suficiente para repreendê-lo. No caso do militar é diferente. Ele intimida de uma forma que

o servidor civil não consegue.

O diretor do Siv-Água negou que Rafael Moraes tenha sido ameaçado por um policial militar no dia 24 de outubro, quando as operações foram suspensas após o almoço. A programação, que previa derrubada de nove edificações até o fim da tarde, parou em apenas três casas e um galinheiro, depois que os fiscais conversaram com o policial apontado como autor das ameaças.

Entre as casas que seriam demolidas, estava a do policial que teria se mostrado disposto a impedir a ação dos fiscais com um revólver.

Naquele mesmo dia, o gerente de Operações foi agredido por uma moradora que perdeu a casa. Ela jogou tiner em Rafael e ameaçou de acender um fósforo se ele se aproximasse do barraco dela.

Passos disse ainda que, em casos onde a Justiça determina a derrubada de casas de militares, delegados e outros agen-



Governo prevê que um PM terá mais autoridade para conter as reações da comunidade

tes de segurança em Áreas de Proteção Permanente, como em Vicente Pires, o tratamento será diferenciado.

— Os oficiais serão convocados pela corporação para uma conversa para que retirem, pacificamente, móveis e outros pertences e libere a casa para demolição. Como são homens respeitadores da lei, não criarão problemas — acredita Passos.

Das 1.113 construções irregulares, foram demolidas ape-

nas 66 edificações e 9.865 metros muro e benfeitorias. Na última terça-feira, as derrubadas foram suspensas devido ao mandado de segurança conseguido pelos moradores. A decisão judicial impede o governo de derrubar as residências habitadas, com base no direito de inviolabilidade do lar previsto na Constituição.

O superintendente regional no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama),

Francisco Palhares, afirmou que acionaria a assessoria jurídica do órgão para recorrer da decisão. Até o dia 15 de dezembro, 82 construções devem ser derrubadas, de acordo com Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado no ano passado, para que fossem terminadas as obras de abastecimento de água da Caesb. O GDF deverá recorrer à Justiça para concluir os 10% restantes da obra, cujos prejuízos já chegaram a R\$ 600 mil.